





Frontispício original de Guy Girard com a seguinte inscrição no verso:

Michael Löwy oferecendo “o sol negro da melancolia” a Karl Marx,
sob o olhar de uma sereia carregada pelo golem da Ilha de Páscoa,
acompanhada pelo cachorro de Benjamin Péret.

12 de julho de 2022 (edição única)

MICHAEL LÖWY

MARX, **ESSE** **DESCONHECIDO**



© Michael Löwy, 2022
© desta edição, Boitempo, 2023
Traduzido do original em francês *Marx inconnu*, originalmente publicado,
em julho de 2022, por Éditions Le Retrait

Direção-geral Ivana Jinkings
Edição Frank de Oliveira
Coordenação de produção Livia Campos
Assistência editorial Allanis Ferreira
Tradução Fabio Mascaro Querido
Preparação Ana Mendes
Revisão Daniel Rodrigues Aurélio
Capa Maikon Nery
Diagramação Antonio Kehl

Equipe de apoio Ana Slade, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Glaucia Britto, Higor Alves, Isabella Meucci,
Ivam Oliveira, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marissol Robles, Maurício Barbosa,
Pedro Davoglio, Raí Alves, Thais Rimkus, Tulio Candiottto, Victória Lobo, Victória Okubo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L956m

Löwy, Michael, 1938-

Marx, esse desconhecido / Michael Löwy ; tradução Fabio Mascaro Querido. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2023.

Tradução de: Marx inconnu

ISBN 978-65-5717-245-2

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Filosofia marxista. I. Querido, Fabio Mascaro. II. Título.

23-84704

CDD: 335.42

CDU: 330.85



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Este livro compõe a trigésima terceira
caixa do clube Armas da crítica.



Agradecemos às editoras a permissão para a republicação de alguns textos
que compõem esta coletânea. Eventuais mudanças visaram sobretudo à busca
de uma coerência editorial no conjunto da obra.

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: julho de 2023

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br
boitempoeditorial.com.br | blogdaboitempo.com.br
facebook.com/boitempo | twitter.com/editoraboitempo
youtube.com/tvboitempo | instagram.com/boitempo

SUMÁRIO

NOTA DA EDIÇÃO.....	9
PREFÁCIO	11
PRIMEIRA PARTE – EXPLORAÇÕES.....	15
Um Marx insólito	17
História aberta e dialética do progresso em Marx.....	23
Marx e Engels como sociólogos da religião	33
Karl Marx, Friedrich Engels e a ecologia.....	47
Marx e Engels: comunistas românticos	65
SEGUNDA PARTE – REVOLUÇÕES.....	85
Prática revolucionária: os primeiros escritos	87
A “poesia do passado”: Marx e a Revolução Francesa.....	103
Marx, Engels e a revolução permanente: Alemanha (1844-1850) e Rússia (1881-1882)	123
Karl Marx, Friedrich Engels e as revoluções de 1848.....	135
Globalização e internacionalismo: atualidade do <i>Manifesto Comunista</i> ...	145
ENTREVISTA	157
Sobre Marx.....	159
CRONOLOGIA	165

OBRAS DE MARX	173
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	175
SOBRE O AUTOR	181

HISTÓRIA ABERTA E DIALÉTICA DO PROGRESSO EM MARX*

Marx foi frequentemente apresentado como um pensador prisioneiro da ideologia do progresso do século XIX. Essa acusação, nessa forma geral, é incorreta. Existe em Marx uma concepção dialética do progresso, que leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista – e que a distingue radicalmente das visões ingênuas (Condorcet) ou apologéticas (Spencer) a propósito da melhoria gradual e irresistível da vida social sob a civilização moderna. Dito isso, essa dialética é incompleta e nem sempre escapa a uma certa teleologia. Na realidade, o pensamento de Marx é atravessado por tensões entre duas concepções diferentes da dialética do progresso.

A primeira é uma dialética hegeliana, teleológica e fechada, tendencialmente eurocêntrica. O objetivo final, necessário e inevitável, legitima os “acidentes históricos” como momentos do progresso, entendido como uma espiral ascendente. A “astúcia da razão” – na verdade, uma teodiceia – permite explicar e integrar qualquer acontecimento (mesmo o pior) no movimento irreversível em direção à liberdade.

Essa forma de dialética fechada – por um fim já predeterminado – não está ausente de certos textos de Marx, que parecem considerar o desenvolvimento das forças produtivas – impulsionadas pelas grandes metrópoles europeias – como idêntico ao progresso, na medida em que conduz necessariamente ao

* Uma versão anterior e abreviada deste capítulo foi publicada em *Cadernos em Tempo*, n. 288, maio de 1996, e depois compilada em Michael Löwy e Daniel Bensaïd, *Marxismo, modernidade e utopia* (trad. José Corrêa Leite, São Paulo, Xamã, 2000), p. 77-83. Nos trechos em que há semelhança, as traduções (a minha e a anterior) foram cotejadas. (N. T.)

socialismo. Basta pensar em seus artigos sobre a Índia, de 1853. Ao contrário dos apologistas do colonialismo, Marx de maneira alguma esconde os horrores da dominação ocidental: “A miséria infligida pelos ingleses na Índia é essencialmente diferente e de um tipo infinitamente mais intenso do que qualquer coisa que a Índia já sofreu antes”. Longe de trazer “progresso” social, a destruição capitalista do tecido social tradicional piorou as condições de vida da população. No entanto, para Marx, em última análise, apesar de seus crimes, a Inglaterra foi “um instrumento inconsciente da história” ao introduzir as forças capitalistas de produção na Índia e provocar uma verdadeira revolução social no estado social (estagnado) da Ásia¹.

No segundo artigo, “Os resultados futuros da dominação inglesa na Índia”, Marx explicita sua abordagem: a conquista inglesa da Índia revela, em sua forma mais nua, “a profunda hipocrisia e barbárie inerentes à civilização burguesa”. No entanto, a Inglaterra cumpre uma missão histórica progressista na medida em que “a indústria e o comércio burgueses criam as condições materiais para um novo mundo”, isto é, socialista. A famosa conclusão desse texto resume perfeitamente a grandeza e os limites dessa primeira forma de “dialética do progresso”:

Quando uma grande revolução social dominar os resultados da época burguesa, o mercado mundial e os poderes produtivos modernos, e os colocar sob o controle comum dos povos mais avançados, só então o progresso humano deixará de se assemelhar a esse hediondo ídolo pagão que apenas bebeu o néctar dos crânios dos massacrados.²

Marx percebe claramente a natureza contraditória do progresso capitalista e não ignora seu lado sinistro, sua natureza de Moloch exigindo sacrifícios humanos; mas não deixa de acreditar que o desenvolvimento burguês das forças produtivas em escala mundial – promovido por uma potência industrial como a Inglaterra – é, em última análise, historicamente progressista (isto é, benéfico), uma vez que prepara o caminho para a “grande revolução social”³.

¹ Karl Marx, “The British Rule in India”, em *On Colonialism* (Moscou, Foreign Languages Publishing House [s. d.]), p. 33-9.

² Karl Marx, “The Future Results of the British Rule in India”, em *On Colonialism*, cit., p. 90.

³ Essa análise da “dialética do progresso” em Marx é amplamente inspirada pelo livro de Alex Callinicos, *Theories and Narratives: Reflections on the Philosophy of History* (Cambridge, Polity, 1995), p. 151-65, ainda que nossas conclusões sejam bastante diferentes.

Esse tipo de raciocínio teleológico e eurocêntrico – que está longe de ser o único encontrado nos escritos de Marx – serviu, sem dúvida, de base para a doutrina do chamado “marxismo ortodoxo” da Segunda Internacional, com sua concepção determinista do socialismo, visto como resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas (em crescente contradição com as relações capitalistas de produção). Permitiu também o surgimento de teorias “marxistas” que justificam a natureza “progressista” da expansão colonial ou imperialista, desde os partidários social-democratas da “colonização dos trabalhadores” até a recente defesa do papel benéfico do imperialismo pelo economista inglês (que reivindica Marx) Bill Warren. Finalmente, pôde ser usado pelo produtivismo stalinista, que fez do “desenvolvimento das forças produtivas” – mais do que do controle democrático da economia pelos trabalhadores – o critério da “construção do socialismo”.

A lógica dessa visão da história pode ser resumida em um epigrama irônico do grande historiador marxista inglês E. P. Thompson: “Qualquer que seja o nome daqueles que o imperador massacrrou, o historiador científico (tomando nota da contradição) afirma que as forças produtivas cresceram”⁴.

Se essa filosofia “progressista” de coloração determinista e economicista pode se referir a certos escritos de Marx, não é menos verdade que existe no pensamento do filósofo alemão outra “dialética do progresso”, crítica, não teleológica e fundamentalmente aberta. Trata-se de pensar a história simultaneamente como progresso e como catástrofe, sem privilegiar um dos aspectos, pois o resultado do processo histórico não está predeterminado. Um comentário de Fredric Jameson sobre o *Manifesto Comunista** ilustra muito bem essa abordagem:

Marx exige de nós, de uma maneira poderosa, que façamos o impossível, ou seja, que pensemos nesse desenvolvimento [do capitalismo] positiva e negativamente ao mesmo tempo. É uma maneira de pensar que seria capaz de capturar as características comprovadamente sinistras do capitalismo e seu dinamismo extraordinário e libertador simultaneamente em um único pensamento, e sem diminuir a força de nenhum dos dois julgamentos. Devemos elevar nossas mentes a um ponto

⁴ E. P. Thompson, “History Lessons”, em *Powers and Names* ([s. l.], London Review of Books [s. d.]).

* *Manifesto Comunista* (trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings, São Paulo, Boitempo, 1998). (N. E.)

a partir do qual seja possível entender que o capitalismo é ao mesmo tempo a melhor e a pior coisa que já aconteceu à espécie humana.⁵

Essa dialética está presente, por exemplo, em certas passagens de *O capital**, nas quais Marx observa que, no capitalismo, “todo progresso econômico é ao mesmo tempo uma calamidade social”; ou, ainda, quando observa que a produção capitalista agride tanto os seres humanos quanto a própria natureza:

Assim, ela destrói tanto a saúde física do operário urbano quanto a vida espiritual do trabalhador rural. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.⁶

No quadro dessa variante crítica do materialismo histórico, em ruptura com a visão linear do progresso, a civilização burguesa moderna aparece, em relação às sociedades pré-capitalistas, ao mesmo tempo como um avanço e um retrocesso. Daí o interesse de Marx e Engels pelos trabalhos de Maurer ou de Morgan sobre as formas comunitárias “primitivas”, das tribos iroqueses até a *Mark* germânica. A ideia de que o comunismo moderno recupera algumas das qualidades humanas do “comunismo primitivo” destruídas pela civilização baseada na propriedade privada e no Estado é um tema que percorre muitos de seus escritos.

Os últimos trabalhos de Marx sobre a Rússia são outro documento capital da “dialética do progresso” não linear e liberada da herança eurocêntrica. Em

⁵ Fredric Jameson, *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*, Londres, Verso, 1991, p. 47 [ed. bras.: *Pós-modernismo: a lógica cultura do capitalismo tardio*, trad. Maria Elisa Cevalco, São Paulo, Ática, 1997].

* Karl Marx, *Le Capital* (Paris, Éditions Sociales, t. I [s. d.]), p. 360-1 [ed. bras.: *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital*, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013. (N. E.)

⁶ Karl Marx, *Le Capital* (Paris, Éditions Sociales, t. I [s. d.]), p. 360-1 [ed. bras.: *O capital: Livro I*, cit., p. 573-4, com modificações].

sua famosa resposta a Mikhailóvski (1877), ele criticou as tentativas de “metamorfosar meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do desenvolvimento geral, imposto pelo destino a todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias com as quais se defrontam”. E, nos rascunhos de uma carta a Vera Zasulich, Marx vislumbra a possibilidade de poupar a Rússia dos tormentos do capitalismo, na medida em que, graças a uma revolução russa, a comuna rural tradicional (*obchtchina*) poderia ser a base de um desenvolvimento específico rumo ao socialismo. Estamos aqui nos antípodas do raciocínio evolucionista e determinista dos artigos sobre a Índia de 1853.

É interessante observar, aliás, que nessa carta, de 1881, Marx volta à questão da colonização inglesa: “Como no caso das Índias Orientais, por exemplo, todos – à exceção de Sir H. Maine e consortes – percebem que a supressão da propriedade comunal da terra foi apenas um ato de vandalismo inglês, empurrando os nativos não para a frente, mas para trás”. Esse julgamento não é estritamente contraditório ao de 1853, mas enfatiza o aspecto socialmente regressivo da modernização capitalista induzida pelo sistema colonial⁷.

A questão-chave permanece a da abertura do processo histórico, cujos resultados não são determinados de antemão por um vetor de progresso irreversível (“o desenvolvimento das forças produtivas”). É ela que permite deixar em suspenso a definição da natureza última do progresso capitalista: o “pior” ou o “melhor” na história da humanidade (para retomar a fórmula de F. Jameson), a antecâmara da catástrofe ou da “grande revolução social”. Em outras palavras: o desenvolvimento histórico deve ser visto como um processo “cheio de ramificações e bifurcações, forquilhas e interrupções”⁸.

Esse é um problema que está longe de encontrar uma resposta unívoca em Marx. Em *O capital*, por exemplo, encontramos esta famosa fórmula: “Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um

⁷ Idem, “Lettre à Véra Zassoulitch, 8 mars 1881” (apêndice), em Friedrich Engels, *Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État* (Paris, Éditions Sociales, 1976), p. 330-5 [ed. bras.: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, trad. Leandro Konder, 9. ed., São Paulo, Civilização Brasileira, coleção Perspectivas do Homem, 1984].

⁸ Daniel Bensaid, *Marx l'intempestif: grandeurs et misères d'une aventure critique* (Paris, Fayard, 1995), p. 36 [ed. bras.: *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica – séculos XIX-XX*, trad. Luiz Cavalcante de M. Guerra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999].

processo natural, sua própria negação. É a negação da negação”⁹. Expressões semelhantes aparecem em outros textos de Marx, de diferentes períodos. Assim, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escrevem: “A burguesia produz seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”¹⁰. No entanto, na mesma obra é afirmado claramente que em todas as épocas a luta de classes pode terminar ou em uma reestruturação revolucionária da sociedade, ou na ruína comum das classes em conflito. Aplicado à luta de classes moderna, isso significaria que a revolução socialista não é a única possibilidade: a história permanece aberta e seu desenvolvimento não é decidido de antemão pelas “leis imanentes do modo de produção”.

Comentando esse tipo de texto, Daniel Bensaïd aponta com razão que é possível encontrar em Marx “uma contradição não resolvida entre a influência de um modelo científico naturalista [‘a inevitabilidade de um processo natural’] e a lógica dialética da história aberta”¹¹.

No marxismo do século XX, foi a primeira versão da teoria do progresso, determinista e economicista, que predominou, tanto na Segunda quanto na Terceira Internacional (após 1924, em todo o caso). Mas encontramos também uma corrente “dissidente”, que retoma e desenvolve as intuições da “dialética aberta” esboçada por Marx.

Rosa Luxemburgo foi a primeira a tirar, explicitamente, conclusões contemporâneas da hipótese geral sugerida no *Manifesto*: com sua conhecida fórmula, socialismo ou barbárie, ela rompeu, da forma mais radical, com toda a teleologia determinista, proclamando o irredutível fator de contingência do processo histórico – o que torna possível uma teoria da história que enfim reconheça o lugar do fator “subjetivo”. A consciência dos oprimidos, sua organização revolucionária e sua iniciativa política não são mais simplesmente – como para os pretensos “marxistas ortodoxos” Kautsky e Plekhanov – fatores aceleradores ou retardadores do progresso histórico, cujo resultado já estaria

⁹ Karl Marx, *Le Capital*, Livre I (Paris, PUF, 1993), p. 857 [ed. bras.: *O capital*, Livro I, cit., p. 832]. O original em alemão é um pouco menos explícito: “Mit der Notwendigkeit eines Naturprozesses” (“com a necessidade de um processo natural”). Ver Karl Marx, “Das Kapital”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. XXIII (Berlim, Dietz, 1968), p. 791 [ed. bras.: *O capital*, cit.].

¹⁰ Idem, *Manifeste du parti communiste* (Paris, Flammarion, 1998), p. 89 [ed. bras.: *Manifesto Comunista*, cit., p. 51].

¹¹ Daniel Bensaïd, *Marx l'intempestif*, cit., p. 74 [ed. bras.: *Marx, o intempestivo*, cit.].

predeterminado pela “contradição entre forças e relações de produção”, e sim as forças *decisivas* para o desfecho da crise capitalista: rumo à emancipação social ou à barbárie. Esta última expressão não designa, em Rosa Luxemburgo, um retorno impossível ao passado, uma “regressão” às etapas anteriores do desenvolvimento social, mas sim, acima de tudo, uma barbárie moderna, da qual a Primeira Guerra Mundial dera um exemplo em escala planetária (outros ainda piores viriam a seguir).

O pensamento de Lênin e o de Trótski não estão totalmente livres da pesada herança do “progressismo” e do produtivismo da Segunda Internacional. Em uma série de questões-chave, porém, eles contribuíram significativamente para uma visão dialético-crítica do progresso. A teoria do imperialismo de Lênin considera a expansão global do capitalismo não um processo benéfico (“em última análise”) de desenvolvimento das forças produtivas, mas, acima de tudo, uma intensificação das formas mais brutais de dominação sobre os países coloniais ou semicoloniais, e como fonte de guerras (interimperialistas) cada vez mais mortíferas. Para retomar a imagem de Marx, no artigo de 1853 sobre a Índia, o monstruoso ídolo pagão continua a exigir sacrifícios humanos ilimitados, mas para Lênin ele não pode mais ser visto como um “instrumento inconsciente” do progresso.

Quanto à teoria da revolução permanente de Trótski, sua grande contribuição foi a de ter rompido com o eurocentrismo, desatando o vínculo mecânico entre nível das forças produtivas e maturidade revolucionária, e proclamando, sem hesitação, as “vantagens do atraso”: longe de seguir uma evolução linear – feudalismo, revolução burguesa, desenvolvimento do capitalismo moderno, crescimento *das forças produtivas a tal ponto que não podem mais ser contidas pelas relações de produção*, revolução socialista –, o movimento social-revolucionário tende a começar nos países periféricos, menos desenvolvidos e menos modernos¹².

Os trabalhos de Marx e Engels sobre o “comunismo primitivo” ou a comuna rural tradicional não encontraram grande eco no marxismo europeu, à exceção de Rosa Luxemburgo, que lhes dedicou a maior parte de seu curso de *Introdução à economia política*. Nesse texto, ela explora duas teses

¹² É verdade que, segundo Trótski, a construção de uma verdadeira sociedade socialista só poderia ocorrer em escala internacional, após a transformação revolucionária dos países capitalistas mais avançados.

perfeitamente heréticas do ponto de vista da doutrina evolucionista do progresso: o período dominado pela propriedade privada poderia ser apenas um parêntese na história da humanidade entre duas grandes épocas comunistas, a do passado arcaico e a do futuro socialista. Nesse espírito, Rosa sugere a possibilidade de uma aliança entre o proletariado europeu moderno e os povos indígenas dos países coloniais, ou seja, entre o comunismo moderno e o arcaico, ambos contra seu inimigo comum, o imperialismo¹³.

No entanto, a tentativa mais importante de crítica marxista da ideologia do progresso é, sem dúvida, a obra – bastante heterodoxa – de Walter Benjamin. Ele foi talvez o único a propor explicitamente o desenvolvimento de um materialismo histórico em ruptura radical com a ideia de progresso (ver *Passagens*¹⁴). Para Benjamin, a revolução não era “inevitável” e menos ainda determinada pelo nível das forças produtivas: ao contrário, ele a concebia como a interrupção de um “progresso” catastrófico, cujo indicador era o aperfeiçoamento crescente das técnicas militares – ou seja, para retomar sua imagem, como o apagar do pavio fumegante antes que o fogo da tecnologia se tornasse incontrolável e provocasse uma explosão fatal para a civilização humana (*Rua de mão única*¹⁵).

De onde surge seu “pessimismo revolucionário”, seu apelo angustiado, em 1929, a uma “organização do pessimismo” pelo movimento comunista, já que, segundo sua fórmula irônica – e estranhamente premonitória – “só podemos depositar confiança ilimitada na I. G. Farben e no aperfeiçoamento pacífico da Luftwaffe” (“O Surrealismo...”¹⁶). Benjamin reconhece a contribuição positiva do desenvolvimento dos conhecimentos e das técnicas, mas se recusa a considerá-lo, *ipso facto*, um progresso humano. Sem negar o potencial emancipatório da tecnologia moderna, ele se preocupa com seu *domínio social*,

¹³ Em sua *Introduction à l'économie politique* (Paris, Anthropos, 1970), p. 92 [ed. bras.: *Introdução à economia política*, trad. Carlos Leite, São Paulo, Martins Fontes, 1975], Rosa Luxemburgo fala do “elo obscuro entre as velhas tradições comunistas que, nos países coloniais, opunham a resistência tenaz à busca do lucro e ao progresso de uma ‘europeização’ dos nativos, e o novo evangelho trazido pela impetuosidade revolucionária das massas proletárias nos velhos países capitalistas”.

¹⁴ Walter Benjamin, *Das Passagen-Werk: Gesammelte Schriften* (GS), VI, 1 (Frankfurt, Suhrkamp, 1983), p. 574 [ed. bras.: *Passagens*, trad. Willi Bolle, Belo Horizonte, UFMG, 2007].

¹⁵ Idem, GS, cit., II, 1, p. 122.

¹⁶ Ibidem, p. 308.

com o controle da sociedade sobre suas relações com a natureza. A sociedade sem classes do futuro deverá acabar não só com a exploração do homem pelo homem, mas também com a da natureza, substituindo as formas destrutivas da tecnologia atual por uma nova modalidade de trabalho¹⁷.

Recusando uma escrita da história em termos de progresso – quer seja da “civilização” ou das “forças produtivas” –, Benjamin se propõe a interpretá-la do ponto de vista de suas vítimas, das classes e dos povos esmagados pelo tanque triunfal dos vencedores. Nessa perspectiva, o progresso lhe aparece como uma tempestade maléfica que afasta a humanidade do paraíso original e que fez da história “uma só catástrofe que continua a empilhar ruína sobre ruína”. A revolução não é mais a locomotiva da história, mas sim a humanidade puxando os freios de emergência antes que o trem caia no abismo (“Teses sobre o conceito de história”¹⁸).

Por muito tempo, as intuições mais ricas e mais visionárias de Marx, Rosa Luxemburgo ou Walter Benjamin foram ignoradas pelas correntes dominantes da esquerda, prisioneiras da ideologia do progresso linear e do produtivismo. Mas assistimos – sobretudo nos últimos 25 anos – ao desenvolvimento de uma corrente ecossocialista, que retoma e desenvolve essas ideias à luz da crise ecológica provocada pela expansão ilimitada do capitalismo mundial. Pertencem a essa tendência, com diferentes sensibilidades, pensadores tão importantes como Manuel Sacristán, Raymond Williams, Rudolf Bahro (em seus primeiros escritos) e André Gorz, assim como James O’Connor, Barry Commoner, Ted Benton, Joan Martínez Alier, Francisco Fernández Buey, Jorge Riechmann, Jean-Paul Deléage, Jutta Ditfurth, Thomas Ebermann, Rainer Trampert, Elmar Altvater, Frieder Otto Wolf e muitos outros, que se expressam em uma rede de periódicos como *Capitalism, Nature and Socialism*, *Écologie et Politique* etc. Nesse novo contexto, Marx é relido de modo a integrar, em uma mesma abordagem, sua crítica da economia política e a crítica ecológica ao produtivismo, já delineadas em alguns de seus textos¹⁹.

¹⁷ Idem, “Über den Begriff der Geschichte”, GS, cit., I, 2, p. 697-9.

¹⁸ Ibidem, p. 699-700 e idem, GS, cit., I, 3, p. 1.232.

¹⁹ Ver o interessante livro de John Bellamy Foster, *Marx’s Ecology* (Nova York, Monthly Review, 2000 [ed. bras.: *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, 4. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005], ou o de Paul Burkett, *Marx and Nature* (Nova York, St. Martin’s, 1999).

Rompendo com a ideologia produtivista do progresso – em sua forma capitalista e/ou burocrática (dita “socialista real”) – e se opondo à expansão infinita de um modo de produção e consumo que destrói o meio ambiente, o ecossocialismo representa, no movimento ecológico, a tendência mais avançada, a mais sensível aos interesses dos trabalhadores e dos povos do Sul, a que compreendeu a impossibilidade de um “desenvolvimento sustentável” nos marcos da economia capitalista de mercado.

As reformas parciais são totalmente insuficientes: a microrracionalidade do lucro capitalista deve ser substituída por uma macrorracionalidade social e ecológica, o que exige uma verdadeira mudança de civilização²⁰. Isso é impossível sem uma profunda reorientação tecnológica, voltada para a substituição das atuais fontes de energia por outras não poluentes e renováveis, como a energia solar²¹. A primeira questão que se coloca é, portanto, a do controle sobre os meios de produção e, especialmente, sobre as decisões de investimento e mudança tecnológica. Não existe tecnologia neutra: a que existe foi desenvolvida pelo capital e deve ser radicalmente transformada com base em uma perspectiva socialista²².

²⁰ Ver a esse respeito o notável ensaio de Jorge Riechmann, “El socialismo puede llegar solo en bicicleta”, *Papeles de la Fundación de Investigaciones Marxistas*, Madri, n. 6, 1996.

²¹ Alguns marxistas já sonham com um “comunismo solar”. Ver David Schwartzman, “Solar Communism”, *Science and Society*. Special issue “Marxism and Ecology”, 1996.

²² Victor Wallis, “‘Fortschritt’ oder Fortschritt? Zur Definition sozialistischer Technologie”, *Das Argument*, Hamburgo, Jahrgang 41, Heft 2/3, 1999. Em sua integralidade, o número dessa revista é dedicado a um debate apaixonante sobre “repensar o progresso”, com a participação de Domenico Losurdo, Boris Kagarlitski, Oskar Negt, Georges Labica, Thomas Weber, Frieder Otto Wolf e muitos outros.